

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EPT: O QUE REVELAM OS DOCUMENTOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE EGRESSOS E EGRESSAS NA VIDA INSTITUCIONAL?

MÁRCIA GIRLENE E SILVA

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE/campus Olinda, marcia.girlnel@reitoria.ifpe.edu.br;

BERNADINA SANTOS ARAÚJO DE SOUZA

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Atua no curso de Licenciatura em Música e no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT/campus Olinda, bernadina.araujo@belojardim.ifpe.edu.br;

RESUMO

Este trabalho investigativo representa um fragmento da pesquisa de mestrado em curso, respondendo à demanda da pesquisa documental. Tomando a categoria da gestão democrática como horizonte, problematizou-se a participação de estudantes egressos na dinâmica da vida institucional, a partir da realidade de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Nessa perspectiva, a pesquisa documental retratada se propôs a revelar em que medida estudantes egressos participam da gestão (democrática) do IFPE. Para atender a essa finalidade, foi construído um corpus documental, selecionado por treze documentos publicados entre os anos de 2009-2021, dos documentos institucionais e atos legais. Tem-se como expectativa uma razoável contribuição ao processo de institucionalização da gestão de acompanhamento de egressos, em um Instituto Federal de Educação, ampliando a percepção sobre o aspecto da participação desses estudantes em uma instituição de educação profissional que se projeta na perspectiva da gestão democrática.

Palavras-chave: Gestão Democrática na EPT; Acompanhamento de Egressos e Egressas; Instituto Federal de Educação.

INTRODUÇÃO

O tema sobre o acompanhamento de egressos e egressas na Educação Profissional e Tecnológica apresenta considerável carência de aprofundamento, no âmbito da pesquisa acadêmica. Este esforço de pesquisa documental é parte integrante de uma pesquisa de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, contemplando a participação de egressos e egressas na vida do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, a partir de textos legais que integram o corpus documental da instituição. No contexto analisado, tomou-se a Gestão democrática como importante categoria analítica. A partir desse marco, foram oportunizados entendimentos acerca das relações presentes, implicadas na dinâmica institucional.

Etimologicamente, a palavra egresso significa: adj. “aquele que se ausentou; que se distanciou; que já não faz parte de um grupo. Substantivo masculino: aquele que deixou de fazer parte do convento. Ação ou efeito de se afastar; afastamento, saída, egressão, afastamento, saída, retirada”¹.

No contexto escolar analisado, tomando-se como referência o Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE (PERNAMBUCO, 2015, p. 2), no seu Art. 2º, destaca-se a seguinte definição: “é considerado Egresso o aluno que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma.”. Como parte da política de gestão deste acompanhamento, objetiva-se a interlocução entre instituição de ensino e a comunidade egressa.

A partir do descritor egresso, foi possível perceber que há notável carência de estudos, sobretudo, envolvendo o contexto do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil. A visibilidade de tal lacuna torna premente a necessidade em problematizar o contexto, que envolve esse nível de formação, considerando possíveis observações sobre a participação desses sujeitos na vida institucional, a partir dos parâmetros da gestão democrática em Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

Neste sentido, a falta de dados coletados dos egressos e egressas, na instituição, revelou consideráveis fragilidades na efetivação da política

¹ Consultado em <https://www.dicio.com.br/egresso/>

de acompanhamento desses sujeitos. Ao ampliar os limites do contexto particular, dado o microcontexto analisado, percebeu-se que a temática é pouco tratada, em âmbito educacional no Brasil, no que se refere, especificamente, aos Institutos Federais, enquanto rede.

No entanto, as transformações, recentemente ocorridas, têm promovido mudanças na relação formação profissional e mundo do trabalho, demandando, por vez, um acompanhamento intensivo e institucionalizado dos egressos e egressas, em decorrência da relevância deste segmento na construção de diálogos e reflexões, nas diversas instâncias da vida institucional. Dentre as contribuições, podem-se destacar a contribuição sobre seu próprio universo de atuação, oferta de elementos que subsidiarão possíveis diálogos entre instituição formadora e o mundo do trabalho e a retroalimentação de possíveis sugestões de melhorias para a Instituição, ressignificando sua participação como sujeito integrante e participativo da comunidade acadêmica.

A expansão da rede federal, a partir dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, trouxe desafios diversos, dentre eles, uma concepção de educação profissional que suplanta aquelas que se limitam à formação tecnicista ou neotecnicista. O novo cenário, composto pela criação dos IFs, demandou outra concepção de educação e trabalho, assim como o alinhamento dessas categorias às dimensões humana e cultural.

O quadro abaixo apresenta os dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP)², referente ao número de egressos ou, conforme termo utilizado na PNP, concluintes, por *campus*, com base nos anos de referências 2017, 2018 e 2019. Observa-se que os números são expressivos e demonstram o quanto a instituição de ensino pode fortalecer sua gestão por meio das contribuições oriundas da comunidade egressa, favorecendo a abertura aos espaços institucionais e a participação desta em um contexto de gestão democrática (PLATAFORMA NILO PEÇANHA, 2020).

Quadro 1- Número de egressos por *campus* do IFPE

Unidade de ensino	concluintes			Unidade de ensino	concluintes		
	2017	2018	2019		2017	2018	2019
<i>Campus</i> Abreu e Lima	75	62	73	<i>Campus</i> Ipojuca	608	75	25

2 Plataforma Nilo Peçanha – anos de referência 2017,2018 e 2019. Disponível em: <http://plataformanilopeçanha.mec.gov.br/>

Unidade de ensino	concluintes			Unidade de ensino	concluintes		
	2017	2018	2019		2017	2018	2019
<i>Campus Afogados da Ingazeira</i>	243	161	155	<i>Campus Jaboatão dos Guararapes</i>	117	73	83
<i>Campus Barreiros</i>	341	589	135	<i>Campus Olinda</i>	61	185	83
<i>Campus Belo Jardim</i>	399	237	181	<i>Campus Palmares</i>	68	72	189
<i>Campus Cabo de Sto. Agostinho</i>	85	159	147	<i>Campus Paulista</i>	119	48	99
<i>Campus Caruaru</i>	340	450	106	<i>Campus Pesqueira</i>	503	574	99
<i>Campus Garanhuns</i>	169	279	354	<i>Campus Recife</i>	1.767	1505	952
<i>Campus Igarassu</i>	139	184	157	<i>Campus Vitória de Sto. Antão</i>	320	433	118
				TOTAL	5.355	5.079	3.038

Fonte: Autoria própria (2021), adaptado da PNP

Dando continuidade à abordagem dos Institutos Federais, é sabido que os mesmos foram criados pela Lei nº 11.892/2008, a partir das antigas instituições federais de EPT, por intermédio da adesão destes ao modelo proposto pelo Ministério da Educação, concebidas como as instituições pluricurriculares e multicampi (reitoria, *campus*, *campus* avançado, polos de inovação e polos de educação a distância), especializados na oferta de educação profissional e tecnológica (EPT) (BRASIL, 2008).

A supracitada legislação e a rede que lhe deu sustentação e amparo concederam aos Institutos Federais autonomia administrativa, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, ressignificando o papel social e político da rede e definindo um modelo de gestão comprometido com os parâmetros da educação democrática.

Nessa perspectiva de um processo educacional democrático, o acompanhamento de egressos envolve diversos desafios. Assim, implementá-lo como um processo contínuo de apoio à gestão institucional, a partir de uma estrutura de sistema para tratamento das informações, requer um comprometimento de gestão. A existência de uma interação efetiva entre instituição de ensino e a comunidade egressa permite a esta o acesso aos espaços institucionais, interligados por uma gestão do tipo democrática e participativa que valoriza os segmentos interno e externo da instituição de ensino. Para Luck (2009), a gestão democrática pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, conforme afirma a seguir:

A democracia constitui-se em característica fundamental de sociedades e grupos centrados na prática dos direitos humanos, por reconhecerem não apenas o direito de as pessoas usufruírem dos bens e dos serviços produzidos em seu contexto, mas, também, e, sobretudo, seu direito e seu dever de assumirem responsabilidade pela produção e melhoria desses bens e serviços. (LUCK, 2009, p.70).

Complementado por Libâneo (2015), ao destacar que as escolas têm por principal objetivo a formação científica e cultural dos alunos, visando à preparação para a vida profissional, cultural e cidadã e, para isso, necessitam de procedimentos e meios organizacionais:

A organização e a gestão da escola dizem respeito à estrutura de funcionamento, às formas de coordenação e gestão do trabalho, ao provimento e utilização dos recursos materiais e financeiros, aos procedimentos administrativos, às formas de relacionamento entre as pessoas. (LIBÂNEO, 2015, p. 3).

Neste sentido, considera-se que a organização e a gestão da escola implicam no conjunto das relações e interações entre os sujeitos que se manifestam em seus espaços físicos com o propósito de alcançar objetivos, integrando-se às práticas educativas, de modo que a escola seja um contínuo espaço de aprendizagem e formação (BRASIL, 1996; LIBÂNEO, 2015).

A organização escolar é definida por Libâneo (2015, p. 4) como um conjunto de “normas, diretrizes, ações, procedimentos e práticas que asseguram a racionalização do uso de recursos humanos, materiais, financeiros, intelectuais e a coordenação e acompanhamento do trabalho das pessoas, em função de objetivos”.

No entanto, esses elementos da organização implicam em gestão, mediante a construção de meios para gerenciar pessoal, tarefas, processo, condições e modos em relação às decisões tomadas para atendimento aos objetivos institucionais (LIBÂNEO, 2015).

Considera-se, ainda, que há diferentes formas de gestão, o que dependerá da instituição em relação aos seus objetivos, o significado da participação ou não dos sujeitos nos processos de trabalho e nas decisões institucionais. Neste sentido, a gestão democrática e participativa são formas de gestão que coadunam com o propósito da discussão em relação à participação de egressos e egressas na gestão democrática institucional.

Assim, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 11.892 de 2008, possibilitou um novo cenário para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. No entanto, constitui-se como desafio a formação integral dos sujeitos. “Uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos” (BRASIL, 2007, p. 41).

Neste sentido, a exigência de um modelo de gestão escolar que possibilite à instituição o cumprimento de sua função social com vistas à formação integral do cidadão, faz-se necessário, pois a formação política dos sujeitos se configura em um aprendizado democrático, elemento fundamental para a formação humana e cidadã.

Corroboram com esse debate Kuenzer e Grabowski (2006, p. 16), ao afirmarem que “a gestão estratégica é resultante da integração entre gestão pedagógica e gestão administrativa e que sua função é assegurar as condições necessárias à consecução das finalidades e objetivos da educação profissional.”. Neste sentido, é importante considerar que a gestão democrática não se limita aos aspectos da administração escolar, envolve, também, os aspectos pedagógicos, cuja participação se apresenta como um importante elemento de ligação para configurá-la.

A partir da mudança de paradigma de uma gestão centralizada para uma gestão democrática, a participação dos segmentos interno e externo, e, em específico, da comunidade egressa, terá papel relevante junto à instituição de ensino. Portanto, analisar como os documentos institucionais e atos legais tratam sobre a participação dos egressos e das egressas na vida institucional, na perspectiva da gestão democrática, poderá revelar em que medida essa participação é consolidada.

PERCURSO METODOLÓGICO

A proposta de discussão apresentada, no título deste trabalho, é parte integrante de uma pesquisa de mestrado, em andamento. Com isso, o recorte escolhido para esta apresentação se refere ao tratamento dado a um considerável *corpus* documental, formado por atos normativos internos à instituição pesquisada, produzidos no seu próprio âmbito, assim como outros, elaborados externamente, de caráter e abrangência nacional. Essa fase do trabalho denominou-se pesquisa documental, e seus achados, certamente, contribuirão com a reflexão proposta acerca da participação de egressos e egressas na dinâmica institucional de

um Instituto Federal, estabelecendo diálogos com a categoria gestão democrática.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental guarda estreita semelhança com a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre as duas é a natureza das fontes. Enquanto, na pesquisa bibliográfica, os assuntos abordados recebem contribuições de diversos autores, na pesquisa documental, os materiais utilizados, geralmente, não receberam ainda um tratamento analítico, por isso, são entendidos como fontes primárias.

No contexto desta investigação, a pesquisa documental se estruturou a partir da organização de um *corpus* documental, composto por atos normativos de caráter geral e ou institucional, que regulam e orientam ações voltadas à política de acompanhamento de egressos e egressas em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Considerando o contexto de excepcionalidade, demarcado pela COVID-19, que acarretou a observância de um distanciamento social, adotou-se que a consulta aos documentos fosse realizada por meio eletrônico, através de plataformas digitais, sem que fosse gerado nenhum prejuízo ao processo de coleta de informações.

A pesquisa documental em pauta adotou como referência, para o processo de seleção dos documentos, aqueles que imprimem à Política de Acompanhamento de Egressos institucional, seu caráter regulatório, a qual definiu as relações desenvolvidas entre esses estudantes e a instituição, com a qual manterão vínculo, ainda, por cinco anos. Também se consistiu em um levantamento descritivo de documentos acerca do referido acompanhamento, oferecendo destaque aos recortes textuais, que tratam da participação de egressos e egressas na vida institucional, tomando-se como parâmetro a gestão democrática.

Nesse sentido, os documentos selecionados para análise foram os seguintes: a) Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI (2009-2013 e 2014-2018), b) Projeto Político Pedagógico Institucional (2012), c) Estatuto do IFPE (2009), d) Regimento Geral do IFPE (2012), e) Comissão Própria de Avaliação do IFPE (2018-2020), f) Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE (2015), g) Documento do Fórum Permanente dos Cursos Técnicos do IFPE (2014), h) Fórum dos cursos de Licenciaturas (2012), i) Regulamento geral dos grupos de pesquisa do IFPE (2021), j) Sistema de Avaliação da Educação Superior (2014), l) Relatório de Gestão (2016 e 2017), m) Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de EPT (2003-2007), n) Relatório de

auditoria operacional em ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2011-2012).

A partir da análise dos referidos documentos, foram levantadas as principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos e egressas que denotaram espaços de participação na vida institucional do IFPE.

DIÁLOGOS COM OS DOCUMENTOS

Ao descrever o percurso investigativo, apresentam-se, a seguir, por meio de quadros, informações contemplativas das principais características dos documentos, destacando suas contribuições que regulam e ou orientam a relação da instituição com seus estudantes egressos.

Neste sentido, o quadro 2 apresenta alguns documentos institucionais que regulamentam o seu funcionamento interno, produzidos no contexto das atividades administrativas.

Quadro 2 – Documentos Institucionais do IFPE (2009 – 2019)³

Principais características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI (Publicados em períodos de 2009-2013 e de 2014-2018 - PRODIN)	Permitirá ao IFPE planejar e executar o fazer acadêmico de forma democrática e aberta aos interesses da sociedade.	2009-2013 – Mencionam o Programa de Estímulo à Permanência do Aluno: acompanhamento dos Egressos - algumas propostas de ações: Implantação de banco de dados para acompanhamento dos egressos; Programa de acompanhamento dos egressos por meio da avaliação junto às empresas. 2014-2018 – Criam título da seção no índice do PDI: Políticas de atendimento aos discentes. Conteúdo da seção: Acompanhamento dos Egressos
Projeto Político Pedagógico Institucional -PPPI (Publicado em 2012 - PRODEN)	Estabelece políticas para o fazer acadêmico, com vistas à consolidação da missão institucional e do fortalecimento das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão	Garantir que o currículo esteja articulado com o mundo do trabalho, por meio do levantamento de demandas, facilitando a inserção dos estudantes egressos.

³ Extraído do site do IFPE. <https://portal.ifpe.edu.br/>

Principais características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
Estatuto do IFPE (Publicado em 2009 - PRODIN)	Apresenta as finalidades, características, objetivos da Instituição, sua organização, sua gestão, o Regime Acadêmico e do Patrimônio	Indica o segmento dos egressos na composição dos membros representantes para o Conselho Superior.
Regimento Geral do IFPE (Publicado em 2012 – PRO-DIN)	Disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, técnicas, administrativas e acadêmicas do IFPE	Compete à Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT - definir a política de acompanhamento do itinerário profissional e acadêmico do egresso.
Relatório de Gestão (Publicação em 2016 e em 2017 - PRODIN)	Documento de prestação de contas. É entendido como uma forma de se apresentar à sociedade como a Instituição empregou os recursos orçamentários públicos na consecução das suas atividades finalísticas por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão.	2016- Extensão: Implementação da política de egressos junto aos <i>Campi</i> ; 2017- Menciona no Macroprocesso da Pró-Reitoria de Extensão: Êxito Acadêmico e Relações de Trabalho e acompanhamento de Egressos;
Comissão Própria de Avaliação do IFPE – CPA (Ciclo 2018-2020 – PRO-DIN)	Conduzir os processos de avaliação interna relacionados aos cursos superiores do Instituto.	Relatório 2018 – Menciona-se como meta a implantação da Política de Acompanhamento de Egressos. Relatório 2019 –informa existir o acompanhamento de egresso feito pelos <i>campi</i> por existir uma política aprovada;
Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE (Publicado em 2015 - PROEXT)	A verificação da empregabilidade, a adequação da formação técnica em diálogo com as exigências do mundo produtivo, e a continuidade dos estudos após a conclusão do curso.	Nas dimensões da extensão; apoio ao egresso, por meio de um conjunto de ações, bem como a identificação de cenários, junto ao mundo produtivo, e retroalimentação do processo de ensino, pesquisa e extensão. Sobre cursos de extensão: Os cursos podem ser oferecidos inclusive para estudantes egressos.
Regulamento geral dos grupos de pesquisa do IFPE (Publicado em 2021 - PROPESQ)	Normatizar os critérios para criação, acompanhamento e produção dos grupos de pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).	Poderão compor os grupos de pesquisa do IFPE os egressos do IFPE, entre outros, que se interessem pela produção do conhecimento.

Principais características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
Documento do Fórum Permanente dos Cursos Técnicos do IFPE (Publicado em 2014 – PRODEN)	Discutir, planejar e propor políticas e ações de desenvolvimento para o ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos Cursos Técnicos	Composição: permite um representante de estudante egresso dos Cursos Técnicos.
Fórum dos cursos de Licenciaturas (Publicado em 2012 – PRODEN),	Discutir, planejar e propor políticas e ações de desenvolvimento para o ensino, pesquisa e extensão no âmbito das Licenciaturas	Composição: permite um representante de estudante egresso dos Cursos de Licenciaturas

Fonte: Autoria própria (2021)

O IFPE, por meio da Resolução nº 57/2018, instituiu a Política de Riscos que se configura como a “declaração de intenções e nas diretrizes gerais relacionadas à gestão de riscos e aos controles internos”. E, neste sentido, tem como alguns de seus princípios, no Art. 6, Inciso I - alinhamento estratégico aos documentos institucionais de gestão [...] e IV- transparência nos resultados. O que significa dizer da necessidade de monitoramento nas diretrizes institucionais, correlacionando os documentos. Deste modo, os diversos documentos apresentados aqui precisam dialogar entre si, e, diante da abordagem, neste trabalho, também, com a proposta da política de acompanhamento de egressos, que está vigente, mas sem a devida implementação (PERNAMBUCO, 2018).

Com isso, o impacto da implementação de uma política de acompanhamento de egressos, em uma instituição de ensino, permite o fortalecimento de relações proporcionadas entre a gestão institucional e à comunidade egressa e, por sua vez, desdobramentos nos demais segmentos. Assim, é possível afirmar que os efeitos de uma política vão desde novos direcionamentos para tomada de decisões, impactos no planejamento institucional ao redirecionamento de ações e estratégias. Neste sentido, quando se verificam, diante dos documentos, lacunas de informações, conforme é notado nos relatórios institucionais da Comissão Permanente de Avaliação do IFPE (CPA), nos quais o assunto é abordado sem estruturação, nota-se também a falta de uma institucionalização de um sistema de informações.

Outro ponto a ser tratado consiste no conjunto de documentos, como o Estatuto do IFPE (2009), que aborda a constituição do Conselho Superior do IFPE (CONSUP), o Fórum dos cursos de Licenciaturas e o

Fórum permanente do ensino técnico de nível médio, que garantem espaço de representação para os egressos, além do Regulamento geral dos grupos de pesquisa do IFPE, que garante a participação da comunidade egressa na composição de grupos de pesquisas.

Neste sentido, Kuenzer e Grabowski (2006, p. 16) afirmam que “o estabelecimento de formas democráticas que conduzam a uma efetiva gestão da educação profissional implica tomar como ponto de partida a sua concepção e as suas finalidades no âmbito da Educação Nacional”.

Sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (IFPE, 2009-2013 e 2014-2018), observa-se que esse documento trata sobre os egressos de modo generalizado, não contemplando questões próprias a esse grupo de estudantes. Embora haja documento que oriente sobre a sua elaboração, inclusive, indicando onde e como deve ser tratada a temática do acompanhamento de egressos, a exemplo do PDI, considerado como relevante ferramenta de gestão⁴.

Nos Relatórios de Gestão do IFPE, nos anos de 2016-2017, são mencionadas como metas dos planos de ação das áreas de ensino (PRODEN) e de desenvolvimento institucional (PRODIN), a elaboração de projeto de avaliação interna para os cursos técnicos nos *campi* e a implementação de projeto piloto de um Sistema Interno de Avaliação dos Cursos Técnicos. No entanto, nos relatórios dos anos seguintes, estas metas não aparecem como realizadas e, também, não constam mais nos planos de ação.

No quadro a seguir, são contemplados os atos legais selecionados, nos quais compreendem instrumentos que publicitam as ações da administração pública.

4 texto-o-pdi-como-ferramenta-de-gestao-orientacoes-para-elaboracao-1-1.pdf (ifpe.edu.br)

Quadro 3 – Princípios e funções dos documentos analisados (2004 – 2014)⁵

Principais Características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/ egressas
Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES (2014) ¹	A partir desses três eixos: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, o Sinaes avalia todos os aspectos, que giram em torno deles, principalmente, o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.	A avaliação dos egressos (dos cursos superiores) estará relacionada às atividades de ensino, pesquisa e extensão e nas políticas de atendimento aos estudantes.
Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de EPT – SETEC/MEC (2003-2007). Publicada em 2009.	Possibilita realizar uma importante leitura de dados e vem, de certa maneira, corroborar o atributo de qualidade e de credibilidade que a Sociedade Brasileira confere à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.	A pesquisa revela-se como uma ferramenta estratégica para avaliar o processo de inserção dos mesmos no mundo do trabalho, o seu perfil e a percepção dos egressos em relação à formação recebida na sua trajetória de aluno nas instituições da Rede Federal de EPT.
Relatório de auditoria operacional em ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – TCU (2011-2012). Publicação: Brasília, junho de 2013.	Avaliar a atuação dos Institutos Federais com relação aos seguintes temas à sua atuação finalística: evasão; arranjos produtivos locais; integração acadêmica, entre as áreas de pesquisa e extensão; inserção profissional dos alunos no mercado de trabalho; infraestrutura e suporte à prestação dos serviços educacionais.	São observadas como as ações de inserção profissional, os casos do acompanhamento de egressos, do fomento ao empreendedorismo e da promoção de estágios estão sendo operacionalizadas pelos Institutos Federais.

Fonte: Autoria própria (2021)

Considerando o quadro referente aos atos legais, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que está voltado para avaliação institucional dos cursos superiores, contém indicadores que tratam sobre o acompanhamento de egressos como critério para, não só reconhecimento e avaliação de instituições e cursos, mas, também, vislumbra os impactos da formação quanto à gestão institucional, qualidade dos cursos, por exemplo. A inserção profissional do egresso e a sua participação

⁵ Extraído do site do IFPE. <https://portal.ifpe.edu.br/>

na vida da instituição formadora são critérios para a qualidade educacional desenvolvida pela IES (BRASIL, 2004).

Outro documento, que se destaca no âmbito nacional, verifica-se que foi realizada Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007), com objetivo de analisar a formação técnica de nível médio oferecido pelas instituições da Rede Federal de EPT no que concerne a três aspectos, a saber: continuidade dos estudos, após a conclusão do curso técnico, a empregabilidade dos egressos e a avaliação pelos egressos quanto à formação técnica recebida (BRASIL, 2009).

No documento, é considerado que “o resultado destas pesquisas é imprescindível para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais das instituições” (BRASIL, 2009, p. 10).

As iniciativas de acompanhamento de egressos também foram objeto de investigação, tendo sido citadas no Relatório de Auditoria Operacional em ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2013, que considera que “o acompanhamento de egressos representa política que permite a avaliação da adequabilidade da capacitação fornecida pelos Institutos Federais às demandas do setor produtivo” (BRASIL, 2013, p. 43).

Como análise, a auditoria apontou, no respectivo relatório, que não foram detectadas ações estruturadas pelos Institutos Federais, sendo tais informações necessárias, pois fornecem subsídios para tomada de decisão e avaliação devida das ações gerenciais adotadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo revelar em que medida egressos e egressas participam da vida institucional do IFPE, a partir de uma investigação de dados baseada na pesquisa documental, que envolveu fontes advindas da própria instituição.

Outrossim, utilizaram-se dados dos atos legais da administração pública que subsidiaram diretrizes, garantindo espaços de participação para esta comunidade egressa.

As informações advindas dos documentos revelaram no âmbito da instituição e, à luz dos atos legais, a falta de uma cultura institucional quanto às iniciativas em relação ao acompanhamento de egressos e à implantação de um sistema para este acompanhamento. O contraponto

das ações anunciadas pela instituição, nos documentos, em relação ao que preconiza a orientação do documento para construção do PDI, e, ainda, como está explicitado, no relatório de auditoria (2013), revelam a fragilidade ou inexistência, em alguns documentos, sobre a relação entre instituição e comunidade egressa, tendo, como consequência, a falta de garantia de espaços institucionais e, conseqüentemente, ausência de participação a partir da não previsão institucionalmente.

Neste sentido, este trabalho investigativo corroborou com as reflexões sobre as relações de um Instituto Federal com o seu corpo de estudantes egressos, pensado e projetado na direção da gestão democrática, baseado numa perspectiva de educação emancipatória. A análise documental apontou para aspectos passíveis de revisão, que merecem maior atenção e acompanhamento no que se refere à efetiva participação desses estudantes na vida institucional do IFPE.

Corroborando, também, com a elaboração de um Produto Educacional, que será proposto ao final da pesquisa empírica, anexado à dissertação como parte constituinte do trabalho final do curso de mestrado, em andamento.

Diante do exposto, tem-se como expectativa uma razoável contribuição ao processo de institucionalização da gestão de acompanhamento dos egressos e das egressas em cursos técnicos e superiores, ampliando a percepção sobre o aspecto da participação desses/dessas estudantes na vida institucional.

Para isso, vislumbra-se a aproximação dos diferentes atores envolvidos na construção e reelaboração constante de uma instituição de educação profissional que se projeta na perspectiva da gestão democrática.

A gestão democrática implica a efetivação de um novo paradigma de organização e gestão, numa perspectiva coletiva e participativa de decisão. Deste modo, é preciso considerar novos desafios, superando uma gestão centralizadora e com modelo apenas de uma administração restrita. Portanto, constituir uma gestão democrática e participativa, na instituição de ensino, é reconhecer a importância dos segmentos internos e externos, bem como de integrar e relacionar as áreas de administrativas e pedagógicas enquanto processos que constituem local de formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**. Organizadores: PATRÃO, Carla Nogueira & FERES, Marcelo Machado. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6696-relatoriopesquisa-redefederal&Itemid=30192. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Diário Oficial da União, 30 dez. 2008, Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de auditoria operacional em ações da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Disponível em: <https://expansaosinstitutosfederais.files.wordpress.com/2015/08/relatorio-de-auditoria-educacao-profissional-tcu-2013.pdf>, 2013. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**, 2007. Disponível em: Microsoft Word - DOCUMENTO REFERENCIAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISIONAL TÉCNICA – (mec.gov.br). Acesso em: 25 de ago 2020.

EGRESSO. In: DICIO. **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/egresso/>. Acesso em: 21 out. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/marci/Downloads/Metodos_e_Tecnicas_de_Pesquisa_Social_An.pdf. Acesso em 6 set. 2021.

KUENZER, A.Z.; GRABOWSKI, G. A gestão democrática da Educação Profissional: desafios para sua construção. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional**

Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio: Documento Base. Brasília, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Práticas de organização e gestão da escola: objetivos e formas de funcionamento a serviço da aprendizagem de professores e alunos.** Secretaria Municipal de Educação de Cascavel–PR, 2015.

LUCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Editora Positivo Curitiba 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf . Acesso em 6 de ago. de 2021.

PERNAMBUCO. IFPE. Resolução Nº 54 de 15 de dezembro de 2015. Dispõe sobre o Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2015/>Acesso em 14 nov. 2019.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** PNP 2020 (Ano Base 2019). Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação de Curso Superior.** In: INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília – DF. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinaes>, 2014. Acesso em: 18 jun 2021.